

O combate ao analfabetismo adulto como política pública: as intervenções do Estado cearense na criação dos cursos noturnos no início do século XX

Ana Daniella Damasceno (Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará-UECE)

Email: anadaniellad@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O período compreendido entre meados da década de 1910 e início da seguinte representou para a história da educação cearense um momento de grandes transformações proporcionadas pela renovação das orientações políticas e pedagógicas em nossas escolas. Tal movimento, que culminou com a elaboração da Reforma de 1922, comandada pelo educador Lourenço Filho, apresentou mudanças principalmente na postura adotada pelo Estado, no instante em que este intensificou suas ações de combate ao analfabetismo. Essa nova postura podia ser observada também no campo da instrução primária de jovens e adultos em que o poder público tornou-se o principal promotor e incentivador dos cursos noturnos. Objetiva-se, desta forma, analisar essa mudança nas ações de combate ao iletramento adulto no Ceará, no instante em que o Estado colocou-se como principal ator na criação e na manutenção de cursos noturnos de instrução primária. Tendo como base mais de sessenta documentos de diferentes naturezas, essa análise também busca-se refletir sobre as parcerias estabelecidas entre o Estado e os diferentes grupos sociais que continuaram atuando neste segmento.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Por se tratar de uma pesquisa histórica de caráter documental, têm-se como fontes as Mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará, a legislação voltada para a organização da instrução pública, as correspondências produzidas pelos sujeitos envolvidos nessas atividades, além de notícias produzidas por jornais e periódicos relacionadas ao objeto em estudo. Através dos dados identificados nos cento e vinte e quatro documentos analisados, foi possível observar uma trajetória muito particular no desenvolvimento da instrução primária voltada para a população adulta analfabeta. Verificou-se a existência de três momentos distintos com caráter e estratégias de combate ao analfabetismo que se iam modificando a partir do surgimento de diferentes sujeitos e a alternância entre Estado e segmentos da sociedade organizada como responsáveis pela sua promoção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira referência a uma atuação direta do Estado nesta área durante o período republicano só surgiu em meados da década de 1910, com a criação de quatro cursos noturnos na capital, Fortaleza, e um no interior do Estado, na cidade de Granja. No entanto, outras experiências tinham sido promovidas neste sentido anteriormente e que em muitos aspectos eram semelhantes às características identificadas acima.

Assim, num primeiro momento, são apresentadas as iniciativas do poder público através da criação de quatro cursos noturnos na capital, Fortaleza, e outro na cidade de Granja, no interior do Estado. Aqui, através dos dados recolhidos, são apontadas algumas características do funcionamento desses cursos, através do destaque dado a algumas responsabilidades assumidas pelo Estado para a sua manutenção.

Tal postura, no entanto, não se mostrou duradoura, sendo interrompida pouco antes da instalação da Reforma Educacional de 1922. Com o deslocamento do foco das ações de combate ao analfabetismo para as crianças entre 7 e 12 anos de idade, foi registrado o fim de todas as iniciativas de escolarização de adultos promovidas pelo poder público.

Outra experiência do Estado que se destacou no período foi a criação dos cursos primários noturnos nas cidades de Crato e Sobral. Anexos aos cursos secundários instalados na mesma ocasião, estes cursos noturnos diferenciavam-se das experiências anteriores por apresentarem uma organização mais complexa, com estrutura curricular e pedagógica melhor definida, distinta em muitos aspectos daquela definida no Regimento Interno das Escolas Públicas de 1915, principal documento de referência do período para a organização desse tipo de experiência educacional.

São apresentadas, por fim, algumas experiências educacionais desenvolvidas pela sociedade organizada que, assim como em momentos anteriores, só poderiam ser efetivadas devido à ajuda recebida do Governo. Como principal exemplo de parceria estabelecida entre a esfera pública e o setor privado, encontravam-se os trabalhos desenvolvidos pela Liga Cearense Contra o Analfabetismo – LCCA. Tendo à frente representantes dos diferentes segmentos sociais, a Liga se colocou pelos trabalhos de disseminação da alfabetização como o grande símbolo da luta contra esse “cancro”, que era o analfabetismo.

4. CONCLUSÃO

Com a reestruturação da escola cearense, promovida pelo movimento reformista de 1922, o governo voltou ao estado de letargia de outrora. Os cursos noturnos, compreendidos como ações isoladas no contexto preocupante provocado pelas altas taxas de analfabetismo, foram fechados sem que qualquer outra proposta fosse colocada à sociedade. Muito mais do que um momento de renovação, a Reforma de 1922 representou para a educação de adultos o fim de um projeto que mal conseguiu se estruturar. As poucas ações propostas pelo poder público neste segmento foram interrompidas, sem aviso prévio, baseando-se em motivações desconhecidas e sem que nada fosse proposto em seguida.

5. REFERÊNCIAS

Damasceno, Ana Daniella. Escolas noturnas no Ceará: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República/ Ana Daniella Damasceno. — Fortaleza, 2010. https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/29/2019/06/Disserata%C3%A7%C3%A3o_ANA-DANIELLA-DAMASCENO.pdf

